

XEOGRAFÍA • 28

Sandra Moreira Coelho

Universidade de Santiago de Compostela

Emilio Díaz Varela

Universidade de Santiago de Compostela

Cristina Amaro Costa

Instituto Politécnico de Viseu

ABRIL 2026

**CONTRIBUIR PARA VALORIZAR O CARATER MULTIFUNCIONAL
DA AGRICULTURA FAMILIAR E O PAPEL DOS SEUS ATORES
ENQUANTO DETERMINANTES DO DESENVOLVIMENTO RURAL
EM TERRITÓRIOS DE MONTANHA**

EDITOR DOCUMENTOS DE TRABALLO

Manuel Fernández Grela

Dpto. De Fundamentos da Análise Económica

CONSELLO EDITOR

Joam Carmona Badía

Dpto. Historia e Institucións Económicas.

Melchor Fernández Fernández

Dpto. Fundamentos da Análise Económica.

Rubén C. Lois González

Dpto. Xeografía.

Ángel Miramontes Carballada

Dpto. Xeografía.

Maria do Mar Pérez Fra

Dpto. Economía Aplicada.

M^a Ángeles Piñeiro Antelo

Dpto. Xeografía.

Maria Dolores Riveiro García

Dpto. Fundamentos da Análise Económica.

Edita: IDEGA

ISSN: 1138-2708

D.L.G.: PO 211-2026

Contribuir para valorizar o caráter multifuncional da agricultura familiar e o papel dos seus atores enquanto determinantes do Desenvolvimento Rural em territórios de montanha

Sandra Moreira Coelho¹, Emilio Diaz-Varela¹, Cristina Amaro Costa²

RESUMO

As regiões de montanha enfrentam desafios como desemprego, abandono agrícola, diminuição do número de explorações, falta de renovação geracional, isolamento geográfico, perda de biodiversidade e condições climáticas adversas. Estes fatores aumentam o risco de pobreza e exclusão social e afetam a sustentabilidade rural nas dimensões social, económica e ambiental.

A agricultura de montanha, maioritariamente de caráter familiar, é fundamental para o sustento e bem-estar dos agricultores, para a segurança alimentar das comunidades e para a provisão de bens e serviços dos ecossistemas, como a conservação do solo e da água, manutenção de polinizadores e manutenção da paisagem. Estes serviços, aliados às práticas agrícolas e conhecimento tradicional e local, são cruciais para o desenvolvimento rural sustentável.

No entanto, os sistemas agrícolas familiares nestes territórios de montanha encontram-se marginalizados e limitados por constrangimentos geográficos, climáticos, económicos e sociais.

A multifuncionalidade da agricultura familiar surge como um fator essencial de resiliência económica e social face aos constrangimentos referidos, em particular pela integração da produção, com atividades de conservação e outras complementares, como o turismo e o artesanato.

Apesar disso, a renovação geracional é reduzida e as mulheres e os jovens rurais continuam a enfrentar barreiras significativas à sua permanência e qualidade de vida em contextos rurais de montanha.

Este trabalho apresenta o estudo “Contribuir para valorizar o caráter multifuncional da agricultura familiar e o papel dos seus atores como determinantes do Desenvolvimento

¹ IDEGA – Instituto de Estudios y Desarrollo de Galicia, Universidade de Santiago de Compostela, Campus Universitario de Lugo, Espanha. Autora de contacto sandra.coelho@rai.usc.gal

² CERNAS-IPV- Research Centre for Natural Resources, Environment and Society, Escola Superior Agrária de Viseu, Quinta da Alagoa, Estrada de Nelas, 3500-606 Viseu, Portugal

Rural em territórios de montanha” e propõe como área de observação a Reserva Transfronteiriça do Xurés-Gerês.

Palavras-Chave: áreas marginalizadas; multifuncionalidade; transformação rural; sustentabilidade rural; sistemas rurais; sistemas agroecológicos

Clasificación JEL: Q12, Q18, J16, R11, R58

ABSTRACT

Mountain regions face multiple challenges such as unemployment, agricultural abandonment, a decrease in the number of farms, lack of generational renewal, geographic isolation, loss of biodiversity, and adverse climatic conditions. These factors increase the risks of poverty and social exclusion, threatening rural sustainability across social, economic, and environmental dimensions.

Mountain farming, which is predominantly family-based, is essential for the livelihood and well-being of farmers, for ensuring food security within communities, and for the provision of ecosystem goods and services, such as soil and water conservation, pollinator maintenance, and landscapes preservation. These services, with traditional agricultural practices and local knowledge, are crucial for sustainable rural development. However, farming systems in these mountain territories are often marginalised and limited by geographical, climatic, economic, and social constraints.

The multifunctionality of family farming strengthens socio-economic resilience through the integration of production with conservation and complementary activities such as tourism and handicrafts. Nonetheless, generational renewal remains low, and rural women and youth people continue to face major challenges to maintaining their livelihoods and quality of life.

This paper presents the study "Contributing to the valorisation of the multifunctional character of family farming and the role of its actors as key drivers of rural development in mountain territories", focusing on the Xurés-Gerês Transboundary Reserve.

Keywords: marginalised areas; multifunctionality; rural transformation; rural sustainability; rural systems; agroecological systems

JEL Codes: Q12, Q18, J16, R11, R58

1. INTRODUÇÃO

Na Europa, as regiões de montanha enfrentam problemas estruturais como o desemprego, abandono agrícola, diminuição do número de explorações agrícolas, estagnação dos rendimentos dos agricultores, falta de sucessão intergeracional, negligência das práticas agrícolas tradicionais, declínio da biodiversidade, isolamento geográfico, condições meteorológicas desfavoráveis, menor qualidade dos serviços básicos (Genovese et al., 2017; Guadilla-Sáez et al., 2019; Muñoz-Ulecia et al., 2021; Schuh et al., 2020; Spigarelli et al., 2021). Como consequência, aumentam os riscos de pobreza ou exclusão social com impactos na sustentabilidade social, económica e ambiental dos territórios rurais (Gellrich & Zimmermann, 2007; Guadilla-Sáez et al., 2019; Lomba et al., 2022; MacDonald et al., 2000).

Por outro lado, a crescente intensificação e industrialização agrícola vêm alterar o uso da terra e trazer efeitos negativos como a homogeneização da paisagem, degradação e perda de habitat ou o declínio de espécies de interesse de conservação (Lomba et al., 2022). A agricultura é um setor onde estas mudanças se refletem de forma mais evidente, desde a produção de alimentos, conservação da paisagem, exploração dos recursos naturais, interação com o ambiente, relação com outros seres vivos, entre outros efeitos (Moyano Estrada, 2020).

Segundo a FAO, a agricultura de montanha é, na maioria, de carácter familiar e tem um papel determinante na garantia da segurança alimentar das famílias. A agricultura familiar distingue-se por permitir que o processo de trabalho, a organização social e económica, as relações com o mercado e a transmissão de património sejam influenciadas pelas relações de parentesco, o que lhe confere uma forma própria de gestão dos recursos e valores identitários (Schneider e Niederle, 2008). Para além disso contribui para a modelação da paisagem e fornece bens e serviços ecossistémicos essenciais à sustentabilidade dos territórios rurais. Tais bens e serviços abrangem a conservação e disponibilização de água e do solo, a manutenção de polinizadores, a redução do risco de desastres ambientais, a preservação das florestas, pastagens e biodiversidade, assim como a oferta de espaços para recreação e turismo, entre outros (Ceci et al., 2013). Valorizar e remunerar estes bens e serviços, que resultam da agricultura familiar, pode ser uma solução viável para resolver os problemas económicos, sociais e ambientais destes territórios (Toader & Roman, 2015) e para a preservação e gestão sustentável dos recursos naturais, manutenção da paisagem, provimento de rendimento, produção de alimentos

enraizada em práticas tradicionais, muitas vezes transmitidas de geração em geração (Cusme Macias & Gaibor, 2023). Assim, o reconhecimento e a valorização do seu carácter multifuncional, aliados às práticas agrícolas tradicionais e ao conhecimento local, a partir da identificação e caracterização dos sistemas e práticas agrícolas sustentáveis praticadas pela agricultura familiar, bem como do seu contributo para a saúde humana e ambiental constituem pilares essenciais para a promoção de um desenvolvimento rural sustentável e resiliente (Coelho, 2024).

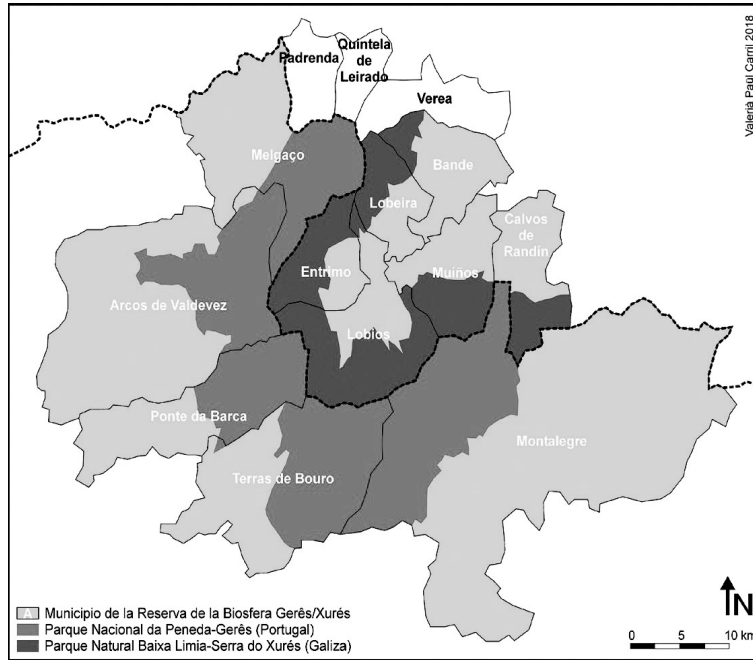
Neste contexto, apresenta-se aqui um plano de investigação orientado a “**Contribuir para valorizar o carácter multifuncional da agricultura familiar e o papel dos seus atores enquanto determinantes do Desenvolvimento Rural em territórios de montanha**”. O estudo será efetuado na Reserva Transfronteriza Xurês-Gerês, localizada entre a Comunidade Autónoma da Galiza (Espanha) na província de Ourense, e a Região Norte (Portugal), nas províncias do Minho e Trás-os-Montes (Figura 1). Trata-se de uma região caracterizada por uma economia rural baseada na agricultura, floresta e agropecuária de montanha onde urge conhecer a contribuição da agricultura familiar para a sustentabilidade e desenvolvimento rural (Dirección Xeral de Patrimonio Natural-DXPN & Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas-ICNF, 2022) e que, apesar da delimitação e demarcação precisa da fronteira hispano-portuguesa a partir da segunda metade do século XIX, partilha elementos naturais, sociais, culturais, linguísticos e económicos (Paül & Trillo Santamaría, 2019).

Objetivos da Investigação

De maneira específica a investigação visa os seguintes **objetivos**:

- Avaliar os efeitos dos diferentes sistemas agrícolas no desenvolvimento rural sustentável, em territórios de montanha, com foco na agricultura familiar, comunidades locais, preservação ambiental e viabilidade social e económica;
- Avaliar o carácter multifuncional das explorações de agricultura familiar (transversais aos setores primário, secundário e terciário), enquanto mecanismo de resiliência;
- Avaliar o contributo das sinergias de cooperação transfronteiriça e formular recomendações para as políticas públicas de desenvolvimento rural da região Xerês/Gerês, no contexto da AF.

Figura 1. O Parque Transfronteiriço Gerês/Xurés, uma junção dos dois parques pré-existentis, e a Reserva da Biosfera com o mesmo nome, com divisão municipal (Paül & Trillo Santamaría, 2019)



2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1. Avaliar os efeitos dos diferentes sistemas agrícolas para o desenvolvimento rural sustentável, em territórios de montanha, com foco nos agricultores familiares, nas comunidades locais, na preservação ambiental e na viabilidade económica

Apesar de concentrarem uma parte significativa dos recursos naturais, os sistemas agrícolas das regiões de montanha continuam a ser marginalizados e enfrentam dificuldades estruturais de desenvolvimento. Estes sistemas operam sob condições topográficas e climáticas adversas que limitam a produtividade, o acesso a mercados e a atratividade para as novas gerações. Para responder a esses desafios, têm sido propostos diversos modelos de desenvolvimento sustentável, adaptados às especificidades territoriais e socioculturais destas regiões (Ortuño Pérez & Zamora, 2001; Shakya et al., 2019; Schirpke et al., 2022). No entanto, a resiliência e a adaptabilidade destes sistemas são fortemente condicionadas pela distância aos centros económicos, pelas condições

climáticas e físicas, pela aversão ao risco dos seus atores, pelos valores culturais locais e pelas limitações demográficas (Haddaway et al., 2014).

Neste contexto, torna-se relevante aprofundar o conhecimento sobre os sistemas agrícolas de montanha, que permanecem entre os menos estudados, apesar do seu papel central na manutenção de múltiplas práticas tradicionais e na gestão sustentável dos recursos naturais e na manutenção do tecido social rural (Acuña & Marchant, 2016). A sua continuidade, assegurada sobretudo por explorações de pequena escala, constitui uma condição essencial para preservar meios de subsistência e garantir a resiliência das famílias rurais (Córdova et al., 2019) e consequentemente, a sustentabilidade destes territórios.

A conservação das culturas locais, das raças autóctones, a manutenção de sistemas de pecuária extensiva e de sistemas agro-silvo-pastoris e a produção de alimentos para autoconsumo e para o mercado, assenta num conjunto de práticas tradicionais agroecológicas, que provaram a sua importância ao longo dos tempos. Estas práticas promovem a agrobiodiversidade, reforçam a resiliência dos agricultores familiares e ampliam a capacidade de lidar com diferentes tipos de adversidade. As comunidades locais desempenham um papel decisivo na gestão e preservação dos recursos genéticos, para a segurança alimentar e nutricional. Assim, os sistemas agrícolas tradicionais funcionam como repositórios vivos de diversidade biológica e cultural, e contribuem para a manutenção da fertilidade do solo, estabilidade ecológica e satisfação das necessidades alimentares das populações locais (Adhikari et al., 2019).

Os sistemas agrícolas tradicionais geram múltiplos serviços ecossistémicos, muito além da mera produção de alimentos (Schirpke et al., 2022) e contribuem para a conservação dos recursos genéticos e da biodiversidade e mantém uma estrutura paisagística multifuncional e diversificada (Santoro et al., 2020). O reconhecimento crescente da importância deste conhecimento e sistemas tradicionais, bem como o seu caráter multifuncional, torna evidente a necessidade de criar políticas e instrumentos eficazes que assegurem a sua preservação, valorização e continuidade (Santoro et al., 2020; Jiao et al., 2024).

As abordagens agroecológicas, particularmente relevantes em territórios montanhosos, oferecem soluções contextualizadas e sustentáveis para os desafios das comunidades agrícolas, assentes na colaboração, empoderamento dos agricultores e adaptação às alterações climáticas (Torres et al., 2014). Apesar da agricultura de montanha apresentar tradicionalmente uma orientação para a subsistência, ela também constitui uma base estratégica para atividades complementares, como o turismo e o artesanato, que reforçam a sustentabilidade ambiental, económica e social (Acuña & Marchant, 2016).

As abordagens agroecológicas podem fornecer soluções sustentáveis e específicas ao contexto para problemas enfrentados pelas comunidades agrícolas, e permitir a conciliação das restrições socioeconómicas e ecológicas na exploração agrícola. Importa, contudo, reconhecer que nem todas as explorações agrícolas tradicionais são plenamente agroecológicas. Por exemplo, a utilização de pesticidas é visível em explorações agrícolas de agricultura familiar, quando estas têm condições económicas para os adquirir (Coelho, 2024). Assim, a transição agroecológica deve ser vista como um processo gradual, apoiado por políticas públicas e incentivos adequados.

A viabilidade económica continua a ser um dos principais fatores de vulnerabilidade destes sistemas. As dificuldades financeiras ameaçam a sua sobrevivência e comprometem tanto a continuidade das práticas sustentáveis como a resiliência socioeconómica dos territórios de montanha (Bargués & Oller, 2019). Nesse sentido, as políticas e programas de apoio, onde se incluem apoios básicos (como acesso, saúde, educação) ou os subsídios diretos à agricultura, têm-se revelado muito importantes na manutenção das explorações agrícolas de forma a compensar as dificuldades e constrangimentos existentes a nível regional. Contudo, tais medidas ainda se revelem insuficientes para compensar todas as desvantagens estruturais e regionais e, por esse motivo, o abandono contínuo persiste, em particular devido aos custos de produção elevados e rendimentos baixos (Gellrich & Zimmermann, 2007).

Para promover um desenvolvimento rural sustentável em territórios rurais do interior e/ou de montanha, é necessário ir além da análise isolada das explorações agrícolas. É fundamental compreender as inter-relações entre fatores internos e externos à atividade agrícola, incluindo dimensões socioeconómicas, ambientais, culturais e políticas, bem como as prioridades e dinâmicas das comunidades locais (Shakya et al., 2019). Apenas uma abordagem sistémica e integrada permitirá formular estratégias eficazes para fortalecer a agricultura familiar, conservar a biodiversidade e assegurar o futuro sustentável das regiões de montanha.

2.2. Avaliar o carácter multifuncional das explorações de agricultura familiar (transversais aos setores primário, secundário e terciário), enquanto mecanismo de resiliência do setor

A multifuncionalidade da agricultura familiar desempenha um papel central no desenvolvimento rural sustentável, ao promover o equilíbrio entre as dimensões

económica, social e ambiental dos territórios. A exploração das múltiplas funções da agricultura constitui um contributo cada vez mais relevante para uma agricultura sustentável e para o desenvolvimento rural (Carvalho et al., 2004), uma vez que, para além do fornecimento de bens privados, como alimentos ou fibras, proporciona também bens e serviços públicos essenciais – serviços dos ecossistemas, como a paisagem e a biodiversidade (Alberto Bernues, 2012; Van Huylenbroeck et al., 2007).

A OCDE (1998) reforça esta dimensão ao definir a multifuncionalidade da agricultura como algo que vai além da sua função principal de produção de alimentos e fibras. A atividade agrícola molda a paisagem, proporciona benefícios ambientais, como a conservação do solo, a gestão sustentável dos recursos naturais renováveis ou a preservação da biodiversidade e contribui para a viabilidade socioeconómica de numerosas áreas rurais (Organisation for Economic & Development, 2008; Van Huylenbroeck et al., 2007).

As explorações agrícolas situadas em zonas de montanha maior propensão à multifuncionalidades, uma vez que as suas especificidades territoriais favorecem atividades agrícolas e pecuárias diversificadas, a que acrescem o turismo em áreas ambientalmente atrativas, a manutenção de sistemas extensivos e a forte inserção comunitária (Wilson, 2008).

Nestes territórios, este papel multifuncional revela-se muito pertinente, pois implica a criação de novos produtos e mercados, e favorece a integração entre dimensões produtivas (por exemplo, comercialização direta, agroturismo ou a valorização de produtos regionais de qualidade), ecológicas (por exemplo, modos de produção agroecológicos como a agricultura biológica, gestão da paisagem ou conservação de valores naturais) e culturais (por exemplo, manutenção de atividades comunitárias ou de tradições alimentares). Esta articulação entre práticas tradicionais e inovação requiere novas formas de gestão que visam reduzir custos e aumentar eficiência, por meio da adoção de tecnologias adequadas, partilha de conhecimento e diversificação de atividades, o que implica uma nova visão da agricultura e do mundo rural, orientada para a sustentabilidade e a resiliência (Van Der Ploeg et al., 2020).

Contudo, nas últimas décadas tem-se observado uma redução significativa da mão de obra agrícola, impulsionada pela expansão de atividades mais rentáveis fora do setor (Genovese et al., 2017). Alguns produtores deixaram de ter a agricultura como atividade principal e fornecem os seus produtos a cooperativas que são intermediários não só no sector agrícola, mas também no sector terciário. Esta tendência leva à diminuição das

áreas de diversas culturas economicamente menos importantes, como as hortícolas, em comparação com as destinadas às cadeias de abastecimento alimentar mais dominantes (vinho, fruta, lacticínios, outros), cuja produção se destina às grandes superfícies e à exportação (Tognon et al., 2022). Em consequência, os sistemas crescem em simplificação e a paisagem rural encontra-se em risco.

Esta tendência obriga a repensar e a conjugar alternativas que assegurem a continuidade da atividade rural. Por exemplo o turismo e o artesanato são opções atraentes e resilientes para as zonas rurais, com forte ligação às práticas agrícolas e ao património cultural, e que podem gerar rendimento adicional e fortalecer as economias locais (Fuentes Acuña & Marchant, 2016; Genovese *et al.*, 2017; Schirpke et al., 2022; Grillini et al., 2023; Pedolin et al., 2023). O rendimento suplementar que resulta destas atividades contribui para a sustentabilidade e viabilidade económica das explorações, enquanto o capital social existente nas comunidades locais reforça a simbiose entre agricultura e turismo, promovendo a resiliência social (Stotten, 2020).

A diversificação das explorações agrícolas constitui, portanto, uma estratégia importante para complementar o rendimento agrícola com outras atividades rentáveis. Todavia, em zonas desfavorecidas, esta diversificação pode não ser suficiente para garantir a rentabilidade, e ser a justificação para a existência de subsídios, especialmente nas regiões de montanha (Romagnoli et al., 2021). Face aos múltiplos desafios que os pequenos agricultores enfrentam, torna-se essencial apostar numa agricultura multifuncional, equitativa e sustentável, baseada em estratégias locais, inclusivas e adaptadas ao contexto (Malinga et al., 2018).

Os papéis de género e as dinâmicas intergeracionais assumem, igualmente, importância crescente no desenvolvimento rural. Apesar de as mulheres serem agentes ativos e multifacetados nas comunidades rurais, o seu contributo continua frequentemente desvalorizado e invisibilizado (Oliveira et al., 2020; EIGE, 2017; Lemke, 2024). Persistem desigualdades de género e limitações na transmissão de conhecimento entre gerações. Por outro lado, a fraca renovação geracional permanece um dos maiores desafios do setor, dificultada pela reduzida atratividade pelas atividades associadas ao setor agrícola e pela ausência de sucessores, o que leva ao abandono ou encerramento de muitas explorações (Bargués & Oller, 2019). Apesar das medidas políticas de apoio existentes, os jovens agricultores continuam a enfrentar barreiras significativas para se estabelecerem e a consolidar as suas explorações agrícolas (Eistrup et al., 2019; Castillo-Quero & Guerrero-Baena, 2019). Muitos optam por abandonar as montanhas em busca

de oportunidades urbanas, o que contribui para o despovoamento rural (Genovese et al., 2017; Stotten, 2020).

Neste contexto, a agroecologia surge como uma abordagem transformadora que enfatiza a dignidade, equidade, inclusão e justiça, que reforça a autonomia das mulheres e jovens como elementos centrais para a sustentabilidade dos sistemas agrícolas (Creti et al., 2022; Tibasiima et al., 2022). O reconhecimento e valorização destes papéis são essenciais para garantir a continuidade, a inovação e a resiliência das explorações familiares e, conseqüentemente, a vitalidade dos territórios rurais de montanha.

2.3. Sinergias de cooperação transfronteiriça e formulação de recomendações para as políticas públicas de desenvolvimento rural da região Xerês/Gerês no contexto da AF

As regiões transfronteiriças enfrentam desafios complexos, resultantes das diferenças entre institucionais e administrativas entre países vizinhos, assim como da necessidade de coordenação entre territórios, da gestão partilhada de recursos naturais e culturais, da compatibilização de políticas públicas e da escassez de infraestruturas comuns (Fogarasi, 2024). Apesar destas limitações, estes territórios têm desenvolvido formas inovadoras de cooperação que se traduzem na partilha de boas práticas e na criação de redes colaborativas em áreas rurais ricas em recursos naturais e culturais. Iniciativas como redes de turismo rural ou mercados locais transfronteiriços têm-se revelado especialmente promissoras para o desenvolvimento territorial integrado (Bufon & Markelj, 2010; Jakubowski et al., 2020).

A cooperação só se torna efetiva quando assente em confiança mútua, convivência pacífica e valores partilhados entre as populações de ambos os lados da fronteira. Neste sentido, os governos locais precisam de se adaptar às mudanças económicas e sociais e promover políticas orientadas para o bem-estar das comunidades fronteiriças e para o seu desenvolvimento conjunto. Estes territórios encontram-se cada vez mais interligados por fluxos de pessoas, bens e ideias, o que transforma o seu perfil socioeconómico, mas também as suas formas e necessidades de governança. Para que esta interconexão se concretize, os territórios devem ser dinâmicos, manter a sua identidade e cultura própria, mas permanecer, simultaneamente, abertos ao exterior (Oro et al., 2016).

As regiões transfronteiriças constituem, assim, espaços privilegiados de inovação e experimentação social, nos quais a cooperação permite ultrapassar divisões nacionais e promover novos modelos de desenvolvimento baseados na proximidade, na

complementaridade e na partilha de recursos (Gordon & Ramírez, 2019). Neste contexto, as Reservas da Biosfera Transfronteiriças assumem um papel estratégico enquanto plataformas de governação colaborativa, que incentivam atividades agroecológicas, promovem a participação dos cidadãos de forma mais direta e reforçam a coesão territorial, a partir de fortes relações de cooperação e da integração de ações locais transfronteiriças (Romano et al., 2020).

No caso da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés, iniciativas integradas como redes de turismo rural, mercados locais partilhados e projetos no âmbito dos programas Interreg (ex.: Gerês-Xurés mais sustentável; Gerês_Xurés Dinâmico, entre outros), têm contribuído para consolidar modelos de desenvolvimento cooperativo, baseados na valorização dos produtos locais, na troca de conhecimento técnico e cultural e na dinamização de processos de inovação social e económica.

O desenvolvimento rural sustentável em territórios de montanha deve basear-se em políticas públicas ajustadas à complexidade dos contextos locais, à diversidade das explorações e ao contributo específico da agricultura familiar para a produção de bens públicos, como a biodiversidade, a paisagem ou a identidade cultural (Van der Ploeg et al., 2020). Algumas medidas a privilegiar, incluem o incentivo à criação de novos produtos e mercados que valorizem os produtos e as práticas tradicionais, o acesso a tecnologias apropriadas e sustentáveis, o apoio à recuperação de terras agrícolas e a valorização dos sistemas pecuários e das raças autóctones.

Como defendem Nelson & Nguyen (2023), a existência de infraestruturas básicas adequadas é um pré-requisito para consolidar comunidades rurais estáveis e com elevados níveis de bem-estar. A recuperação de terras agrícolas surge, igualmente, como uma estratégia para restaurar e conservar áreas ambientalmente sensíveis (Granado-Díaz et al., 2022). Acrescentar valor à produção local constitui um fator determinante para a sustentabilidade económica e cultural dos agricultores, por exemplo através do apoio à preservação de raças autóctones ou da disponibilização de conhecimento sobre práticas agrícolas mais adequadas e ambientalmente responsáveis (Benedetti Del Rio et al., 2024). O desaparecimento dos sistemas extensivos tradicionais aumenta potencialmente a pobreza e a insegurança alimentar, sobretudo nas zonas de montanha, onde a pecuária representa uma das principais fontes de rendimento para as famílias rurais. Assim, as políticas públicas e os programas de desenvolvimento devem priorizar a recuperação dos recursos pastoris e a implementação de práticas individuais e coletivas que garantam o uso eficiente e sustentável das pastagens (El Aayadi et al., 2021).

Para garantir melhores condições de vida aos agricultores familiares, evitar o abandono agrícola e promover a manutenção e sustentabilidade das zonas rurais, é fundamental investir na criação de redes de apoio local, formação técnica e criar sinergias para estimular a permanência dos jovens no mundo rural. Em acréscimo, as medidas de apoio públicas e incentivos agrícolas devem ser orientados para a transição agroecológica, assumida como um paradigma alternativo urgente face às atuais crises ecológicas, económicas e sociais (Coelho, 2024).

A eficácia destas políticas dependerá da sua caracterização participativa e da integração equilibrada das dimensões económica, social e ambiental. É igualmente essencial que os decisores políticos reconheçam a heterogeneidade do tecido agrícola e que evitem políticas uniformes e inflexíveis que não reflitam a diversidade das realidades locais (Morgan-Davies et al., 2017). Só políticas adaptativas, inclusivas e territorialmente sensíveis poderão consolidar a agricultura familiar como motor de sustentabilidade e coesão nos territórios de montanha transfronteiriços.

3. METODOLOGIA A UTILIZAR

A metodologia proposta combina abordagens qualitativas e quantitativas. Inclui a revisão sistemática da literatura, análise documental e estatística, e mapeamento geográfico. Complementarmente, serão realizadas entrevistas estruturadas e/ou semiestruturadas a atores relevantes, em particular na análise de sinergias de cooperação fronteiriças, identificação e priorização de propostas/contribuições possam contribuir para a formulação de recomendações de políticas de desenvolvimento rural adequadas à região de estudo. Na fase inicial, a investigação realizará uma revisão sistemática (RS) sobre “Os efeitos dos diferentes sistemas agrícolas para o desenvolvimento rural sustentável, em territórios de montanha”. Esta revisão seguirá o protocolo Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA) (Page et al., 2021), de modo a assegurar rigor científico, transparência e reprodutibilidade em todas as etapas do processo (Ramos et al., 2014).

As fontes de informação incluirão publicações indexadas nas bases de dados SCOPUS, Web of Science y Science direct, complementadas por dados estatísticos provenientes de entidades oficiais nacionais e europeias. Este procedimento permitirá avaliar de forma integrada os impactos dos diferentes sistemas agrícolas e das políticas e instrumentos de financiamento sobre o desenvolvimento rural sustentável em áreas de montanha, com

particular atenção à agricultura familiar, às comunidades locais, à preservação ambiental e à viabilidade económica das explorações.

De forma complementar, será realizado um mapeamento geográfico para identificar as áreas de maior relevância agrícola, ambiental e cultural, com base na análise de cartografia e dados geoespaciais existentes. Esta etapa permitirá compreender a distribuição espacial das práticas agrícolas, dos recursos naturais e dos elementos patrimoniais que suportam o carácter multifuncional destes territórios de montanha.

A segunda etapa do trabalho consiste na avaliação do carácter multifuncional da agricultura familiar (transversais aos setores primário, secundário e terciário), enquanto mecanismo de resiliência do setor, face a desafios como as alterações climáticas, a volatilidade dos mercados e as desigualdades de género e intergeracionais (Garbero et al., 2017; Ploeg et al., 2000). Para esse efeito, serão realizadas entrevistas estruturadas e/ou semiestruturadas a atores relevantes para avaliar de modo a recolher perceções, experiências e propostas relacionadas com políticas de apoio à agricultura familiar e à sustentabilidade do território transfronteiriço Gerês/Xurés. A terceira etapa resultará da integração dos resultados anteriores e terá como objetivo avaliar o contributo das sinergias de cooperação transfronteiriça para o desenvolvimento rural na região Xurés/Gerês. Nesta fase, serão realizadas entrevistas coletivas e workshops participativos, com base na metodologia Consortium Benchmarking que privilegia a aprendizagem colaborativa e a identificação de boas práticas. A metodologia *Consortium Benchmarking* estrutura-se nas seguintes etapas: pesquisa secundária, planeamento, recolha, análise, elaboração de relatório, teste piloto e adaptação (Brueck et al., 2003), e permite uma aprendizagem colaborativa, a troca de conhecimento, a identificação de boas práticas e a construção conjunta de soluções pelos participantes.

Como resultado final, serão elaboradas propostas de recomendações para políticas (evidence-based policies) destinadas ao fortalecimento da agricultura familiar e ao desenvolvimento rural da região. Num contexto de crescentes desafios ecológicos e sociais, ancorar as políticas públicas em evidências empíricas sólidas é essencial para garantir a sua eficácia e relevância territorial (Phillips et al., 2020).

4. COMUNICAÇÃO E DISSEMINAÇÃO

Devem ser delineadas um conjunto de atividades que assegurem uma comunicação clara e eficaz dos resultados do projeto e que maximizem o seu impacto no âmbito do programa e da região transfronteiriça em que se insere. As atividades de comunicação e disseminação constarão de um plano resumo onde serão assinaladas todas as ações de divulgação, seus responsáveis, cronograma, e indicadores de realização e impacto.

Dada a natureza interdisciplinar desta investigação, os resultados serão publicados em revistas científicas de referência que abordem temas relacionados com desenvolvimento rural, sistemas agrários, economia rural, sustentabilidade, entre outros. Além disso, serão promovidas ações de divulgação técnica e científica em congressos, seminários e encontros regionais com o objetivo de fomentar o diálogo entre investigadores, decisores políticos e atores locais.

Espera-se que os resultados da investigação contribuam para aprofundar o conhecimento sobre a Agricultura Familiar em territórios de montanha, com destaque para os efeitos dos diferentes sistemas agrícolas, a multifuncionalidade das explorações agrícolas, os papéis de género e intergeracionais, bem como os principais desafios e contributos dos agricultores familiares desenvolvimento rural sustentável. Pretende-se que esta investigação contribua para o fortalecimento das sinergias de cooperação transfronteiriça na região do Xurês-Gerês, e para o reconhecimento do seu papel na construção de soluções unificantes e inovadoras para o desenvolvimento rural, e a promoção de uma identidade partilhada entre as comunidades de ambos lados da fronteira. Adicionalmente, espera-se que os dados recolhidos contribuam para apoiar a criação/formulação de novas políticas mais adaptadas à realidade local, promoção de estratégias que venham a reforçar a resiliência dos agricultores familiares, das comunidades locais.

A disseminação do conhecimento será direcionada não apenas à comunidade académica, mas também aos decisores políticos, instituições públicas e privadas, organizações de agricultores e à sociedade civil, de modo a assegurar que os resultados da investigação tenham impacto efetivo na governação territorial, na inovação social e na cooperação transfronteiriça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adhikari, L., Tuladhar, S., Hussain, A., & Aryal, K. (2019). Are Traditional Food Crops Really 'Future Smart Foods?' A Sustainability Perspective. *Sustainability*, *11*(19), 5236. <https://doi.org/10.3390/su11195236>
- Alberto Bernues. (2012). *Valoración de la multifuncionalidad de la ganadería ligada al pastoreo: servicios ambientales y calidad de productos*. *16*(1), 1–23
- Benedetti Del Rio, E., Berton, M., Amalfitano, N., Ramanzin, M., & Sturaro, E. (2024). *Added Value of Products from Endangered Local Sheep Breeds in Mountain Areas*. <https://doi.org/10.3390/ani14192855>
- Bufon, M., & Markelj, V. (2010). Regional policies and cross-border cooperation: New challenges and new development models in Central Europe. *Romanian Review of Political Geography*, *12*(1), 18–28
- Carvalho, M. L. da S., Lucas, M. R. D. V., & Henriques, P. D. (2004). A multifuncionalidade na agricultura e as suas valências. *II Congresso de Estudos Rurais*
- Castillo-Quero, M., & Guerrero-Baena, M. D. (2019). Structural, productive and financial characterization of farms run by young farmers. *ITEA Informacion Tecnica Economica Agraria*, *115*(1), 62–82. <https://doi.org/10.12706/itea.2019.004>
- Ceci, P., Diallo, F. B. S., Wolter, P., & Monforte, L. (2013). Mountain Farming is Family Farming A contribution from mountain areas to the International Year of Family Farming 2014. Em *Mountain Farming Is Family Farming A contribution from mountain areas to the International Year of Family Farming 2014*. <https://doi.org/http://www.fao.org/docrep/019/i3480e/i3480e.pdf> E-ISBN
- Coelho, S. (2023). *Sandra Madalena Moreira Coelho*
- Córdova, R., Hogarth, N. J., & Kanninen, M. (2019). Mountain farming systems' exposure and sensitivity to climate change and variability: Agroforestry and conventional agriculture systems compared in Ecuador's Indigenous Territory of Kayambi people. *Sustainability (Switzerland)*, *11*(9), 1–30. <https://doi.org/10.3390/su11092623>
- Creti, I., Chezel, E., Mounet, C., Baud, D., & Dusseux, P. (2022). Developing A Territorial Approach to Wolves through Agri-food Practices. A Survey on the Relations Between Biodiversity and Food in Belledonne. *Revue de Géographie Alpine*, *110*(110–2). <https://doi.org/10.4000/rga.10662>
- Cusme Macias, B. L., & Gaibor, R. (2023). Agricultura Familiar en el Desarrollo Rural Sostenible de la comunidad La Guayaquil, Cantón Balzar. *Ciencia Latina Revista Científica Multidisciplinar*, *7*(6), 1079–1097. https://doi.org/10.37811/cl_rcm.v7i6.8745
- De oliveira, M. rute, Vilaca, A., & Mufatto, L. M. (2020). Agricultura familiar: Reflexões sobre gênero. *Revista de Administração de Roraima - RARR*, *9*(1), 52–76. <https://doi.org/10.18227/2237-8057rarr.v9i1.5321>
- Dirección Xeral de Patrimonio Natural- DXPN & Instituto da Conservación da Natureza e das Florestas-ICNF. (2022). *Plano de acción da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurês 2022-2025*.
- EIGE. (2017). Gender in Agriculture and Rural Development. *Gender in agriculture and rural development*

- Eistrup, M., Sanches, A. R., Muñoz-Rojas, J., & Correia, T. P. (2019). A «young farmer problem»? Opportunities and constraints for generational renewal in farm management: An example from southern Europe. *Land*, 8(4), 2019. <https://doi.org/10.3390/land8040070>
- El Aayadi, S., Araba, A., & Jouven, M. (2021). Resilience of the pastoral component of Moroccan small ruminant systems in mountain areas. *Rangeland Journal*, 43(4), 257–266. <https://doi.org/10.1071/RJ21039>
- Esteve Bargués, J., & Antón Oller, R. (2019). *El futuro del sector agrícola español pwc Sobre este estudio*. 110. <https://www.pwc.es/es/publicaciones/assets/informe-sector-agricola-espanol.pdf>
- Fogarasi, J. (2024). a Review of the Literature on Cross-Border Cooperation in Europe. *Deturope*, 16(3), 121–144. <https://doi.org/10.32725/det.2024.014>
- Fuentes Acuña, N. R., & Marchant, C. (2016). Do agro-ecological practices contribute to mountain family farming sustainability? The curarrehue case, Araucania Region, Chile. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, 13(78), 35–66. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.cdr13-78.cpas>
- Gellrich, M., & Zimmermann, N. E. (2007). Investigating the regional-scale pattern of agricultural land abandonment in the Swiss mountains: A spatial statistical modelling approach. *Landscape and Urban Planning*, 79(1), 65–76. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2006.03.004>
- Genovese, D., Culasso, F., Giacosa, E., & Battaglini, L. M. (2017). Can livestock farming and tourism coexist in mountain regions? A new business model for sustainability. *Sustainability (Switzerland)*, 9(11), 2021. <https://doi.org/10.3390/su9112021>
- Gordon, L. B., & Ramírez, M. G. (2019). *La cooperación transfronteriza para el desarrollo para el desarrollo*. 18. https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/58155738/SurSur_Transfronteriza.pdf?response-content-disposition=inline%3Bfilename%3Dcooperacion_SurSur_transfronteriza.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20190824
- Granado-Díaz, R., Villanueva, A. J., & Gómez-Limón, J. A. (2022). Willingness to accept for rewilding farmland in environmentally sensitive areas. *Land Use Policy*, 116, 106052. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2022.106052>
- Grillini, G., Sacchi, G., Streifeneder, T., & Fischer, C. (2023). Differences in sustainability outcomes between agritourism and non-agritourism farms based on robust empirical evidence from the Tyrol/Trentino mountain region. *Journal of Rural Studies*, 104. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2023.103152>
- Guadilla-Sáez, S., Pardo-de-Santayana, M., & Reyes-García, V. (2019). The role of traditional management practices in shaping a diverse habitat mosaic in a mountain region of Northern Spain. *Land Use Policy*, 89 (September), 104235. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2019.104235>
- Haddaway, N. R., Styles, D., & Pullin, A. S. (2014). Evidence on the environmental impacts of farm land abandonment in high altitude/mountain regions: a systematic map. *Environmental Evidence*, 3(1), 17. <https://doi.org/10.1186/2047-2382-3-17>

- Henriksson Malinga, R., Jewitt, G. P. W., Lindborg, R., Andersson, E., & Gordon, L. J. (2018). On the other side of the ditch: exploring contrasting ecosystem service coproduction between smallholder and commercial agriculture. *Ecology and Society*, 23(4), art9. <https://doi.org/10.5751/ES-10380-230409>
- Jakubowski, A., Seidlová, A., Fogarasi, J., Romano, J., Pérez-Chinarro, E., Coral, B. V., Tambovceva, T., Atstaja, D., Tereshina, M., Uvarova, I., & Livina, A. (2020). Sustainability challenges and drivers of cross-border greenway tourism in rural areas. *Bulletin of Geography. Socio-economic Series*, 9(9), 125–139. <https://doi.org/10.3390/SU12155927>
- Jiao, W., Yang, X., & Li, Y. (2024). Traditional knowledge's impact on soil and water conservation in mountain agricultural systems: A case study of Shexian Dryland stone terraced System, China. *Ecological Indicators*, 159, 111742. <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2024.111742>
- Lemke, S. (2024). Horizon Europe project SWIFT seeks to make the importance of women in agriculture more visible Promoting gender equality in European agriculture and rural areas Background information. *EU CAP Network, April*, 1–5. https://eu-cap-network.ec.europa.eu/news/inspirational-idea-promoting-gender-equality-european-agriculture-and-rural-areas_en
- Lomba, A., Ferreira da Costa, J., Ramil-Rego, P., & Corbelle-Rico, E. (2022). Assessing the link between farming systems and biodiversity in agricultural landscapes: Insights from Galicia (Spain). *Journal of Environmental Management*, 317, 115335. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2022.115335>
- MacDonald, D., Crabtree, J. R., Wiesinger, G., Dax, T., Stamou, N., Fleury, P., Gutierrez Lazpita, J., & Gibon, A. (2000). Agricultural abandonment in mountain areas of Europe: Environmental consequences and policy response. *Journal of Environmental Management*, 59(1), 47–69. <https://doi.org/10.1006/JEMA.1999.0335>
- Morgan-Davies, C., Wilson, R., & Waterhouse, T. (2017). Impacts of farmers' management styles on income and labour under alternative extensive land use scenarios. *Agricultural Systems*, 155, 168–178. <https://doi.org/10.1016/j.agsy.2017.04.011>
- Moyano Estrada, E. (2020). Movilizaciones agrarias, entre la unidad y la pluralidad. *Agricultura familiar en España*, 1, 20–26.
- Muñoz-Ulecia, E., Bernués, A., Casasús, I., Olaizola, A. M., Lobón, S., & Martín-Collado, D. (2021). Drivers of change in mountain agriculture: A thirty-year analysis of trajectories of evolution of cattle farming systems in the Spanish Pyrenees. *Agricultural Systems*, 186, 102983. <https://doi.org/10.1016/j.agsy.2020.102983>
- Nelson, K. S., & Nguyen, T. D. (2023). Community assets and relative rurality index: A multi-dimensional measure of rurality. *Journal of Rural Studies*, 97(July 2022), 322–333. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2022.12.025>
- Organisation for Economic, C., & Development. (2008). *Multifunctionality in Agriculture: Evaluating the Degree of Jointness, Policy Implications*. http://search.proquest.com/docview/56739284?accountid=13042%5Cnhttp://oxfordsfx.hosted.exlibrisgroup.com/oxford?url_ver=Z39.88-2004&rft_val_fmt=info:ofi/fint:kev:mtx:book&genre=book&sid=ProQ:EconLit&atitle=&title=Multifunctionality+in+Agriculture:+Evaluati

- Paül, V., & Trillo Santamaría, J. M. (2019). Towards a historical geography of Gerês / Xurés: The making of a cross-border region. Em *Revista de Historiografía* (Vol. 30, pp. 119–155). UNIV CARLOSIII MADRID. <https://doi.org/10.20318/revhisto.2019.4746>
- Quiroga Barrera Oro, Martín & Oddone, Nahuel & Sartori, Henrique & Williner, A. (2016). *Pactos territoriales en la construcción de regiones transfronterizas: por una mayor integración a múltiples niveles. September*
- Romagnoli, L., Giaccio, V., Mastronardi, L., & Forleo, M. B. (2021). Highlighting the drivers of italian diversified farms efficiency: A two-stage dea-panel tobit analysis. *Sustainability (Switzerland)*, *13*(23), 12949. <https://doi.org/10.3390/su132312949>
- Romano, J., Pérez-Chinarro, E., & Coral, B. V. (2020). Network of landscapes in the sustainable management of transboundary biosphere reserves. *Land*, *9*(9), 1–24. <https://doi.org/10.3390/LAND9090320>
- Santoro, A., Venturi, M., Maachia, S. Ben, Benyahia, F., Corrieri, F., Piras, F., & Agnoletti, M. (2020). Agroforestry heritage systems as agrobiodiversity hotspots. The case of the Mountain Oases of Tunisia. *Sustainability (Switzerland)*, *12*(10). <https://doi.org/10.3390/SU12104054>
- Schirpke, U., Tasser, E., Leitinger, G., & Tappeiner, U. (2022). Using the Ecosystem Services Concept to Assess Transformation of Agricultural Landscapes in the European Alps. *Land*, *11*(1). <https://doi.org/10.3390/land11010049>
- Schuh, B., Dax, T., Andronic, C., Derszniak-Noirjean, M., Gaupp-Berghausen, M., Hsiung, C. H., Münch, A., Machold, I., Schroll, K., & Brkanovic, S. (2020). The challenge of land abandonment after 2020 and options for mitigating measures. Em *European Parliament - Research for AGRI Committee* (Número December). [https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/IPOL_STU\(2020\)652238](https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/IPOL_STU(2020)652238)
- Shakya, B., Schneider, F., Yang, Y., & Sharma, E. (2019). A Multiscale Transdisciplinary Framework for Advancing the Sustainability Agenda of Mountain Agricultural Systems. *Mountain Research and Development*, *39*(3), A1–A7. <https://doi.org/10.1659/MRD-JOURNAL-D-18-00079.1>
- Stotten, R. (2020). The role of farm diversification and peasant habitus for farm resilience in mountain areas: the case of the Ötztal valley, Austria. *International Journal of Social Economics*, *48*(7), 947–964. <https://doi.org/10.1108/IJSE-12-2019-0756>
- Tibasiima, T. K., Ekyaligonza, D. M., & Bwambale, B. (2022). Can Agroecology Provide a Panacea for Sustaining the Adoption of Soil Erosion Control Measures? A Case of Smallholder Coffea arabica Production in the Rwenzori Mountain Region, Uganda. *Sustainability (Switzerland)*, *14*(20). <https://doi.org/10.3390/su142013461>
- Toader, M., & Roman, G. V. (2015). Family Farming – Examples for Rural Communities Development. *Agriculture and Agricultural Science Procedia*, *6*, 89–94. <https://doi.org/10.1016/j.aaspro.2015.08.043>
- Tognon, A., Gretter, A., Andreola, M., & Betta, A. (2022). Agricoltura di montagna in divenire: Approcci alle sfide agroalimentari in Trentino. *Revue de géographie alpine*, *110–2*, 0–19. <https://doi.org/10.4000/rga.10592>
- Van Der Ploeg, J. D., Renting, H., Brunori, G., Knickel, K., Mannion, J., Marsden, T., De Roest, K., Sevilla-Guzmán, E., & Ventura, F. (2000). Rural Development: From

Practices and Policies towards Theory. *Sociologia Ruralis*, 40(4), 391–408. <https://doi.org/10.1111/1467-9523.00156>

Van Huylenbroeck, G., Vandermeulen, V., Mettepenningen, E., & Verspecht, A. (2007). Multifunctionality of Agriculture: A Review of Definitions, Evidence and Instruments. *Living Reviews in Landscape Research*, 1, 1–43. <https://doi.org/10.12942/lrlr-2007-3>

Wilson, G. A. (2008). From «weak» to «strong» multifunctionality: Conceptualising farm-level multifunctional transitional pathways. *Journal of Rural Studies*, 24(3), 367–383. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2007.12.010>

NORMAS PARA OS AUTORES

1. Para que un traballo sexa considerado para a súa publicación como Documento de Traballo debe ser presentado previamente no ciclo de seminarios do IDEGA, de forma presencial ou telemática. Os autores deben poñerse en contacto co IDEGA para valorar a súa idoneidade e fixar a data (mariadolores.tunas@usc.es).
2. Despois da presentación nun seminario, os autores enviarán os seus traballos por correo electrónico á dirección mariadolores.tunas@usc.es, en formato PDF e WORD, e axustándose ás normas de edición que se citan nos seguintes puntos, para que sexan remitidos aos editores.
3. Cada texto deberá ir precedido dunha páxina que conteña o título do traballo e o nome do autor(es), as súas filiacións, dirección, números de teléfono e correo electrónico. Así mesmo, farase constar o autor de contacto no caso de varios autores. Os agradecementos e mencións a axudas financeiras inclúiranse nesta páxina, na que tamén se fará mención a que o traballo foi presentado no ciclo de seminarios do IDEGA. En páxina a parte, inclúirase un breve resumo na lingua na que estea escrito o traballo e outro en inglés, dun máximo de 200 palabras, así como as palabras clave e a clasificación JEL.
4. A lista de referencias bibliográficas debe incluír soamente publicacións citadas no texto. As referencias irán ó final do artigo baixo o epígrafe Bibliografía, ordenadas alfabeticamente por autores e de acordo coa seguinte orde: Apelido, inicial do Nome, Ano de Publicación entre parénteses e distinguindo a, b, c, en caso de máis dunha obra do mesmo autor no mesmo ano, Título do Artigo (entre aspas) ou Libro (cursiva), Nome da Revista (cursiva) en caso de artigo de revista, Lugar de Publicación en caso de libro, Editorial en caso de libro, Número da Revista e Páxinas.
5. As notas irán numeradas correlativamente incluíndose o seu contido a pé de páxina e a espazo sinxelo.
6. Os cadros, gráficos, etc. irán inseridos no texto e numerados correlativamente incluíndo o seu título e fontes.
7. O IDEGA confirmará por correo electrónico ó autor de contacto a recepción de orixinais.
8. Para calquera consulta ou aclaración sobre a situación dos orixinais os autores poden dirixirse ó correo electrónico do punto 2.
9. No caso de publicar unha versión posterior do traballo nalgunha revista científica, os autores comprométese a citar ben na bibliografía, ben na nota de agradecementos, que unha versión anterior se publicou como documento de traballo do IDEGA.